

Evolução incompatível do patrimônio

O deputado Daniel Silva Alves (PPR-MA), incluído na lista de parlamentares a serem cassados, é acusado de enriquecimento ilícito às custas de esquema de liberação de verbas de subvenções sociais. A CPI descobriu que, de 1989 a 1993, o patrimônio de Daniel Silva teve evolução incompatível com seus rendimentos declarados.



Enquadrado por falta de decoro parlamentar, o deputado maranhense teria se especializado em garantir a destinação de verbas para a prefeitura de Imperatriz, quando seu irmão David Alves era prefeito. Numa triangulação detectada pelos auditores do Tribunal de Contas da União, Daniel Silva conseguiu desviar US\$ 29.281 dos US\$ 86.640 destinados para a prefeitura. O TCU constatou, por exemplo, que ele teria tido um lucro de cerca de US\$ 15 mil na venda simulada de uma patrolmotoniveladora.